

HELEN LAUER E KOFI ANYIDHOHO
(Organizadores)

**O RESGATE DAS CIÊNCIAS
HUMANAS E DAS
HUMANIDADES ATRAVÉS DE
PERSPECTIVAS AFRICANAS**

VOLUME III



Brasília - 2016

Direitos de publicação reservados à
Fundação Alexandre de Gusmão
Ministério das Relações Exteriores
Esplanada dos Ministérios, Bloco H
Anexo II, Térreo
70170-900 Brasília-DF
Telefones: (61) 2030-6033/6034
Fax: (61) 2030-9125
Site: www.funag.gov.br
E-mail: funag@funag.gov.br

Equipe Técnica:

Eliane Miranda Paiva
Fernanda Antunes Siqueira
Gabriela Del Rio de Rezende
Luiz Antônio Gusmão
André Luiz Ventura Ferreira
Acauã Lucas Leotta
Márcia Costa Ferreira
Lívia Milanez
Renata Nunes Duarte

Projeto Gráfico:

Daniela Barbosa

Tradução:

Rodrigo Sardenberg

Programação Visual e Diagramação:

Gráfica e Editora Ideal

Impresso no Brasil 2016

R433 O Resgate das ciências humanas e das humanidades através de perspectivas africanas
/ Helen Lauer, Kofi Anyidoho (organizadores). – Brasília : FUNAG, 2016.

4 v. – (Coleção relações internacionais)

Título original: Reclaiming the human sciences and humanities through African perspectives

Descrição principal baseada no volume 3.

ISBN (v. 3) 978-85-7631-620-6

1. Gana - aspectos históricos. 2. Literatura - África. 3. Racismo - África. 4. Filosofia - África. 5. Cultura - África. 6. Democracia - África. 7. Identidade nacional - África. 8. Gana. [Constituição (1992)]. I. Lauer, Helen. II. Anyidoho, Kofi. III. Série.

CDU 301.19(6)

Depósito Legal na Fundação Biblioteca Nacional conforme Lei nº 10.994, de 14/12/2004.

SEÇÃO 6

“África” como sujeito do discurso acadêmico

Capítulo 49

O gênio africano 1541
Kwame Nkrumah

Capítulo 50

O nome manchado da África:
Racismo conradiano na mídia artística contemporânea..... 1559
Chinua Achebe

Apêndice ao Capítulo 50

Uma imagem da África: racismo em *Heart of Darkness*,
de Joseph Conrad 1579
Chinua Achebe

Capítulo 51

Literatura africana e a crise na teorização
pós-estruturalista 1601
Niyi Osundare

Capítulo 52

Power of Their Word: introdução à primeira conferência
nacional sobre literatura oral em Gana..... 1627
Kofi Anyidoho

Capítulo 53

O que são “estudos africanos”? Estudiosos africanos,
africanistas e a produção do conhecimento 1647
Olúfêmi Táíwò

Capítulo 54

A voz africana em estudos africanos hoje 1679
Emmanuel Akyeampong

CAPÍTULO 53

O QUE SÃO “ESTUDOS AFRICANOS”? ESTUDIOSOS AFRICANOS, AFRICANISTAS E A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO

Olúfêmi Táítwò

Introdução

O conhecimento, assim como a maioria dos fenômenos do nosso mundo, é um produto. Ele está incluído nos modos de produção maiores (materiais e sociais) onde ocorre a maior parte da criação artificial. Sua produção reflete a da coisas materiais e relações sociais. Da mesma forma que falamos de modos de produção de coisas materiais e relações sociais, também podemos falar de modos de produção de conhecimento, onde os produtos podem ser mercadorias ou relações sociais¹. A ideia de conhecimento como um produto específico de um modo de produção não é nova. A não ser nos primórdios da raça humana – quando o nosso entendimento das espécies e do mundo em que vivemos era grosseiro, a divisão do

1 Discuti isto de maneira mais detalhada em Taiwo (1993), “Colonialism and Its Aftermath: The Crisis of Knowledge Production”, *Callaloo* 16 (4), p. 891-908.

trabalho era rudimentar e havia pouca ou nenhuma diferenciação social – a produção e, subsequentemente, a distribuição, o consumo e a troca de conhecimento, sempre foram organizados cuidadosamente e expressos em diversas estruturas.

Assim como os modos de produção das coisas materiais e de processos sociais, os modos de produção de conhecimento (MOPC) estão, atualmente, circunscritos por fronteiras geopolíticas. Não estou sugerindo aqui que dois ou mais países não possam compartilhar os mesmos modos de produção, inclusive a produção do conhecimento. Ao contrário: países conquistados costumam se tornar partes subordinadas de países conquistadores e a sua produtividade passa a ser incorporada à deles. Além disso, modos de produção caracterizam épocas inteiras que se definem não por fronteiras geográficas, raciais ou de outros tipos, mas pelo que, por que, por quem e como se produz. Países que sejam casos de um modo de produção tendem a compartilhar mais características em comum do que aqueles em que existam modos radicalmente diferentes de produzir coisas, relações e conhecimento. Existe um relacionamento simbiótico entre um modo de produção e um MOPC. O desenho da produção, consumo, distribuição e troca de conhecimento costuma ser determinado pelo modo de produção dominante em determinada sociedade. Portanto, considerando que o MOPC americano é um aspecto do modo de produção capitalista dominante nos Estados Unidos, não é por acidente que o conhecimento produzido naquele país incorpora diversos valores convergentes com capitalismo tardio. Apesar de a maioria dos países geralmente ter diversos modos de produção dentro das suas fronteiras, um tipo ou uma combinação de tipos predomina. Os modos de produção do conhecimento também seguem esse padrão. Por exemplo, nos Estados Unidos, apesar de regras capitalistas orientarem os processos interligados de produção do conhecimento na maior parte, existem escolas, instituições de

pesquisa, *think tanks*, organismos religiosos, órgãos de imprensa, etc., reconhecidos como sendo organizações sem fins lucrativos e que, por essa razão, ficam protegidos das pressões de transações capitalistas padrão. Certo, existem países em que se pode dizer, com justiça, que existe uma mistura de MOPCs, sendo que nenhuma delas é dominante e com todo tipo de consequências deletérias para os países em questão².

Neste capítulo, eu proponho analisar a produção do conhecimento nos estudos africanos entendida como uma parte integrante dos MOPCs localizados nos Estados Unidos da América e, em menor grau, no Canadá. Esta caracterização sugere, de imediato, muitos problemas que exigem esclarecimento, se não solução. Como os “estudos africanos” podem ser uma parte integrante de um modo de produção do conhecimento particular dos Estados Unidos ou do Canadá especificamente? Afinal, pode-se observar, pessoas envolvidas com estudos africanos na Nigéria, em Gana, na Suécia, no Japão, na Rússia e na China. Devemos entender os estudos africanos em cada um destes países como aspectos integrais dos seus respectivos MOPCs? Se esse for o caso, então temos que estar dispostos a identificar os “estudos africanos” americanos, os chineses, os suecos, *ad infinitum*. Aparentemente, isso é absurdo. Pois os “estudos africanos” certamente são estudos africanos independentemente de onde sejam feitos e por quem. Mas apenas se alguém adotar uma noção simplista de “estudos africanos” esta reação parecerá plausível. Num entendimento mais complexo e completo, a questão não é tão simples assim. “Estudos africanos” podem significar um ou mais dos seguintes:

1. Estudos de fenômenos africanos realizados por quem quer que deseje estudar essas coisas por qualquer razão;

2 Para detalhes de um caso desse tipo, veja Taiwo (1993) conforme citado anteriormente.

2. Estudos de qualquer coisa realizada por africanos onde quer que por acaso eles estejam;
3. Estudos de qualquer assunto informados por um ponto de vista africano, uma sensibilidade africana, etc.;
4. Estudos de fenômenos africanos realizados por africanos com a finalidade de entendimento próprio, melhoria da África e em instituições africanas.

Se o sentido for o (1), então não importa onde o estudo ocorra – desde que o assunto seja “africano”, trata-se de estudos africanos. Mas então surgirá a questão de como devemos entender “africano”. Se o sentido for (2), nós acabaremos com fronteiras realmente imprecisas. Pois a física, não menos que a história, será parte de estudos africanos. O sentido (3) depende da nossa capacidade de adivinhar ou definir “uma sensibilidade africana”. O sentido (4) tem seu próprio conjunto de problemas. Pois quando os estudiosos africanos fazem o que é declarado no sentido (4), eles não entendem que estejam fazendo “estudos africanos”. Ao contrário, eles estão fazendo história, geografia, economia e assim por diante. Nesta concepção, eles reservam “estudos africanos” para especializações interdisciplinares, multidisciplinares e transdisciplinares que costumam ser realizadas no nível da pós-graduação. Eu nunca ouvi falar de algum aluno da graduação que estivesse se especializando em estudos africanos em nenhuma universidade africana. Uma explicação para esta ausência é que no nível da graduação, *todos* os estudos realizados na África são supostamente estudos africanos. Se o sistema estiver organizado e focado de maneira adequada, estudantes em qualquer lugar supõem o entendimento próprio e o entendimento das suas comunidades imediatas – e, por extensão, de toda a humanidade – como sendo os principais objetos dos seus esforços acadêmicos nas suas diversas disciplinas.

Talvez existam outras interpretações de “estudos africanos” que tenham sido deixadas de fora da nossa taxonomia resumida. O objeto nesta seção não foi resolver a questão do que são os estudos africanos ou do que o rótulo significa. Ao contrário, trata-se de um exercício heurístico para mostrar o mérito de identificar os estudos africanos como sendo um aspecto de um modo de produção do conhecimento específico, neste caso o americano. Pois ao fazermos isso, podemos ver como as metas e preocupações gerais do modo de produção do conhecimento, do qual os estudos africanos são uma subespécie, ajusta as metas e os objetivos regionais destes últimos e como essas preocupações – diferentes como elas costumam ser das de outros MOPCs regionais e dos seus respectivos “estudos africanos” – podem nos ajudar a entender as divergências entre os estudos africanos conforme entendidos e processados nos Estados Unidos e os estudos de fenômenos africanos realizados, digamos, por nigerianos³. As tensões resultantes destas divergências, a suspeita e a incompreensão mútuas que se seguem a elas – especialmente à medida que esta última ocorre na conjuntura histórica atual – são o foco deste capítulo.

Estudos sobre africanos, mas não para africanos

Por produção do conhecimento em estudos africanos realizados nos Estados Unidos da América e no Canadá, eu pretendo incluir estudiosos americanos e canadenses de todas as tendências, assim como estudiosos imigrantes, de onde quer que eles tenham vindo, que tenham se estabelecido profissionalmente na América do Norte. É claro que suas atividades de produção do conhecimento são guiadas pela necessidade de conhecer a África. Ainda assim, “a necessidade de conhecer a África” em si pode ser

3 N.E.: Biodun Jeyifo realiza uma exposição e uma análise paralelas de interpretações contrastantes de “africanidade” descritas através de interpretações significativamente contrastantes de uma única obra dramática africana em casa e no exterior, no Capítulo 73.

motivada por diversos fatores. Para aqueles estudiosos que se envolvem em estudos africanos *per se* podemos citar, entre várias outras motivações, o avanço pessoal nas suas carreiras acadêmicas, interesse político, até mesmo fascínio irracional pelo assunto da África, pelos africanos e seu mundo. Para as motivações de fundações, governos e outras agências que financiam a produção do conhecimento em estudos africanos, podemos nos referir ao interesse deles em conhecerem o terreno da África para ajudar a facilitar as relações da América ou do Canadá com a África e seus habitantes, ou sua amizade com eles ou exploração deles. Para as escolas e instituições aliadas que fornecem a maior parte da estrutura material do MOPC nos estudos africanos, podemos citar seu interesse em desenvolverem conhecimento por razões desinteressadas, atraindo estudantes para elas e geralmente fornecendo educação liberal de primeira para seus matriculados.

Quaisquer que sejam suas motivações em casos específicos, pode-se supor que nos Estados Unidos da América, a estrutura, a organização e as preocupações centrais da produção do conhecimento em estudos africanos sejam decididas e guiadas pelas necessidades específicas da sociedade americana, seus acadêmicos, suas academias e outros agentes do conhecimento. Daí eu argumento: os estudos africanos podem ser, e geralmente são, *sobre* a África, mas eles definitivamente não são *para* os africanos – ou pelo menos, se forem, então isso não ocorre diretamente. Nem, claramente, os estudos africanos nos EUA são produzidos por africanos ou perto deles. Derivando uma analogia a partir de debates em estudos afro-americanos, se fosse para sujeitarmos os estudos africanos aos quatro princípios que W. E. B. DuBois identificou para um discurso teatral afro-americano dominado por brancos, os estudos africanos como disciplina só atenderiam a um critério: eles são *sobre* africanos. De acordo com Tejumola Olaniyan (1995, p.21):

Subsequentemente, DuBois apresentou uma ideia para um contra-discurso teatral, elaborando seus quatro princípios básicos: Sobre nós; Por nós; Para nós; e Perto de nós; princípios que contestavam diretamente a moda reinante do “Teatro Negro” escrito e embalado por brancos e também a ideia de público e de sucesso teatral relacionado definido simplesmente em termos comerciais, dentro dos parâmetros asfixiantes da Broadway.

Esta conclusão fornece o pressuposto básico na qual minha tese se baseia.

Uma ilustração do argumento de que os estudos africanos são inscritos no MOPC americano e que eles servem seu propósito é a antologia *Africa and The Disciplines* (Robert H. Bates *et al.* (eds) 1993). De acordo com os seus editores, “a finalidade [deste] volume pode ser descrita... como sendo um encontro” (Bates *et al.*, 1993, p.XI). O encontro é entre uma candidata a uma indicação para o corpo docente e o “superintendente, reitor, ou chefe de departamento” que a está entrevistando. A candidata em questão “realizou a maior parte da sua pesquisa na África” (p.XII). Aqui estão as duas perguntas que a nossa candidata fictícia e, por extensão, os estudos africanos, devem responder: “Considerando que os recursos sejam escassos e que eu esteja tentando construir um departamento de economia de primeiro nível, por que eu devo investir em alguém que trabalha na África?” e “Qual foi a contribuição da pesquisa sobre a África para esta disciplina”? O resto do livro representa as respostas composta de vários segmentos a esta pergunta. Por um lado, estas duas perguntas pedem para os estudos africanos justificarem sua existência no MOPC americano e, por outro lado, as duas perguntas mostram por que as preocupações dos estudos africanos devem ser reconhecidas pelas disciplinas específicas das humanidades e das ciências sociais. Portanto, os esforços do

autor são para “rastrear o impacto da pesquisa sobre a África nas principais disciplinas” e mostrar como “o estudo da África moldou – e moldará – importantes esferas de conhecimento” (p. XI). Então os estudos africanos como um campo de estudo devem mostrar que são merecedores do investimento que os Estados Unidos são solicitados a fazerem neles e a África como continente deve mostrar que seu estudo merece o distintivo de legitimidade nas disciplinas.

Será que estas são perguntas que os estudiosos africanos se lembrariam de fazer? Será que os estudiosos africanos se sentiriam obrigados a justificar seu estudo da África? Além disso, os estudiosos africanos não concebem de maneira rotineira – se jamais conceberem – seu estudo da África como estando além dos limites das diversas disciplinas de pesquisa e letras. Para eles, a África não está se intrometendo fora das disciplinas implorando ou precisando ser reconhecida como merecedora de estudo. À medida que eu avancei no texto, eu fiquei imaginando: o que aconteceu com a boa e velha definição de uma educação liberal sólida? Por que temos que fornecer uma justificativa especial, além do que se fornece imediatamente pelas exigências de uma educação equilibrada, para estudarmos a humanidade onde quer que ela more? O objetivo do treinamento terciário nas ciências sociais e nas humanidades não é criar pessoas formadas que saibam o máximo possível sobre o máximo que houver para saber – que saibam o máximo de temas possíveis que estejam disponíveis para serem investigados⁴?

4 Outra confirmação da tese deste capítulo, que distingue implicitamente os potenciais para qualquer estudo da África a partir dos “estudos africanos”, pode ser encontrada nos artigos que compõem a antologia de 1993 mencionada aqui. O título do livro deveria ter sido “Africanists and the Disciplines”. Pois não existe praticamente nenhuma África no livro, apenas construções da África atendidas pelos africanistas representados lá, inclusive um caso único de promoção própria obscena realizado por Paul Collier em “Africa and the Study of Economics” (1995, p.58-82). Como resultado disso, aqueles que pegam o livro desejando encontrar qual foi a contribuição da África para as disciplinas ficarão muito decepcionados. Eles não perceberão de forma alguma como o envolvimento da África com os problemas perenes da vida enriqueceu a experiência humana e contribuiu para o discurso disciplinar. O livro demonstra os estudos africanos *par excellence*.

Eu argumentarei a seguir que é necessário reconhecer os estudos africanos como sendo um elemento integral dos modos de produção do conhecimento que caracterizam a maior parte do estudo e da pesquisa nos Estados Unidos e no Canadá, para situar de maneira precisa parte das controvérsias e peculiaridades contemporâneas que estão surgindo no campo. O fato de reconhecermos que apesar de os estudos africanos serem *sobre* a África e os africanos, eles não serem *para* os africanos, *pelos* africanos, ou *perto dos* africanos, é fundamental para desvendar os vários enigmas que os africanos enfrentam quando eles precisam trabalhar em temas africanos de dentro das estruturas materiais dos modos de produção do conhecimento americano e canadense. Se eu estiver certo, então algumas das soluções propostas para lidar com estes enigmas e dilemas não parecerão mais apropriadas, considerando-se a localização peculiarmente provincial dos estudos africanos e a origem dos seus fatores motivadores.

Eu não estou sugerindo isso porque os estudos africanos são da forma que nós os descrevemos, portanto o conhecimento produzido pelos seus trabalhadores pode não ser apropriado pelos africanos ou divulgados para eles. Meu argumento é mais modesto: eu estou dizendo que a produção de estudos africanos não é determinada por considerações do que é bom para os africanos – nem em termos de como eles estão representados na disciplina, nem em termos do que pode acabar redundando num entendimento melhor da situação deles (e sua melhoria). Se esta alegação modesta for aceita, segue-se que os estudos africanos nos Estados Unidos da América ou no Canadá são *sui generis*. Isto pode ser documentado e também é facilmente explicado. Porque os estudos africanos são moldados pelo que redonda nos interesses, nas preocupações e nas predileções de estudiosos americanos e canadenses (suas agências de financiamento, órgãos educacionais e outras instituições de produção do conhecimento). Os temas

selecionados para estudo, além dos métodos escolhidos e até mesmo os conceitos empregados para entender os fenômenos que estão sendo estudados, refletem as peculiaridades da localização deles.

“Africano” como diferente

Vamos ilustrar isso. Um culto de diferença domina o estudo africanista⁵. Temas africanos são sempre tratados de maneira diferente. Ou por causa de um desejo de excluir colegas estudiosos nativos de compartilhar a perícia sobre a África, ou por causa de uma tendência predominante a parecer original, os estudos africanos *sui generis* convergem com uma “África” *sui generis* para os quais novos conceitos, novos paradigmas e vocabulários explicativos sempre precisam ser inventados. A consequência é que quaisquer novas ideias que o estudo da África possa ter contribuído para as disciplinas definidas de maneira ampla são obscurecidas pela celebração que os africanistas fazem do seu culto de diferença e o consequente espanto de estudiosos inexperientes de esforços de aprendizado da África. Eu cito um exemplo. Em “The African Frontier for Political Science”, Richard L. Sklar (1993, p.83-110) lamentou:

Poucos africanistas na profissão da ciência política são altamente considerados pela sua capacidade de comunicarem para o cerne da sua disciplina. Em geral, os africanistas nesta disciplina são estimados principalmente pelas suas análises da experiência

5 Eu uso “africanista” para designar os produtores de conhecimento nos estudos africanos conforme especificados na introdução deste capítulo. Isto quer dizer que cidadãos africanos que sejam estudiosos também poderão cair nesta categoria de tal forma que a crítica oferecida aqui se aplique com a mesma força a todos aqueles estudiosos africanos que – às vezes por pura imitação dos seus orientadores do doutorado, ou como resultado de simples indolência, oportunismo ou insegurança – produzem conhecimento respeitando fenômenos africanos colocando em prática paradigmas africanistas definidos na América do Norte. Daí o rótulo “africanista” não ser uma falácia. Ele se refere ao conteúdo e aos pressupostos do produto, não à identidade pessoal ou cultural do produtor.

política da África. Suas obras são lidas por aqueles que buscam conhecimento sobre a própria África, em vez de conhecimento da disciplina ou da sua teoria (Sklar, 1993, p. 83).

Por que isto ocorre? Sklar dá diversas razões. Em primeiro lugar, existe a vaidade da maioria de cientistas políticos que “ainda classificam a pesquisa sobre questões africanas como sendo uma “área de estudo” periférica que não é fundamental para o progresso científico da disciplina” (1993, p. 13-28, 84). Sua segunda razão refere-se à “relativa marginalidade da própria África em relação às principais correntes do intercâmbio econômico, científico e tecnológico entre regiões do mundo” (1993, p. 83-84)⁶. Ele conclui: “No saldo, no entanto, a marginalidade da própria África em relação à vanguarda de trocas globais é um passivo profissional” (1993, p. 85). Portanto, no que diz respeito a Sklar, a razão para os estudos africanos não imporem respeito pode ser encontrada, por um lado, nas atitudes esnobes dos seus colegas cientistas políticos e, por outro lado, na suposta marginalidade da África nos negócios mundiais. A falha ou é dos seus colegas ou da África! Eis um caso clássico de se esquivar da responsabilidade. Sklar não sabe que o problema pode efetivamente ser rastreado à forma pela qual os africanistas realizam o negócio da África na América. Eu digo isto porque contida no próprio artigo de Sklar está a semente do que se pode considerar uma resposta mais plausível ao problema que ele identificou. Ao não colocar isso em prática ele continuou no resto do seu artigo a reproduzir o estilo que tornou os estudos africanos tão figurantes, se não uma presença curiosa no mercado acadêmico. Novamente, aqui está Sklar:

6 N.E.: Sobre a falácia de tratar a África como sendo marginalizada economicamente, veja “The Use of False Concepts in the Conventional Discourse on Africa: is Africa Really Marginalised?”, de Samir Amin, reproduzida como o Apêndice ao seu Capítulo 20 desta antologia.

Será que nós, como africanistas, podemos identificar questões ou tendências significativas no comportamento político que sejam mais destacadas e mais desenvolvidas na África do que em outros lugares do mundo moderno? Será que podemos remover a premissa prejudicial da escolha entre valores disciplinares e culturais por meio da nossa descoberta e exposição de aspectos específicos da política africana que exigirá grande atenção por razões disciplinares? Até agora, os problemas políticos mais conhecidos e estudados de maneira mais atenta na África *não foram especificamente ou genericamente problemas africanos*. Uma lista representativa desses assuntos incluiria o estatismo parasita, o militarismo, a ditadura, a corrupção pública, a responsabilização insuficiente de oficiais públicos, a socialização política ineficaz e a incorporação diferencial de grupos étnicos resultando em conflito, entre vários outros (1993, p.85, ênfase minha).

Vamos nos concentrar momentaneamente na parte em itálico do trecho citado. Se os “problemas políticos na África não foram problemas especificamente ou genericamente africanos”, então é necessário perguntar como eles têm sido estudados por africanistas. A resposta simples é que, atacados pelo culto da diferença, os africanistas estudaram problemas políticos e de outras naturezas na África como se eles fossem problemas especificamente ou genericamente africanos. A afirmação de que estes problemas não são especificamente ou genericamente africanos deve representar uma nova descoberta para o Sr. Sklar, pois ele e seus companheiros africanistas passaram suas carreiras pintando a África na caixa “diferente”! Quantos deles tentaram entender os problemas políticos na África em termos comparativos? Quantos

tentaram conscientemente identificar paralelos entre a África e a Europa, a África e a América do Norte, ou a África e a Ásia? Para citar apenas um exemplo: a maioria dos africanistas não conseguiu estender para seu estudo da África um lugar-comum na teoria política, de que Estados multinacionais são a regra no mundo e que “Estados-nações” são a exceção⁷. Ao contrário, sem exceção, os africanistas escreveram como se os “Estados multinacionais” da África fossem anômalos e como se as lutas deles para criar “identidades supranacionais” devessem ser incluídas sob o mesmo conceito de não fazer nada da “construção da nação”, separados e muito diferentes de processos análogos no Canadá, na Bélgica ou na Rússia.

A consciência do Sr. Sklar da ausência de genericidade de problemas africanos era tão nova que ele não foi capaz de citar em seu artigo nenhum africanista que tivesse encontrado paralelos entre a África e a Europa, mesmo que fosse o começo da Europa moderna, antes de 1984. Ele escreve (1993, p.85): “Alguns africanistas, entre os quais o mais importante é Thomas M. Callaghy (1984), perceberam paralelos históricos entre a África atualmente e a época do absolutismo no começo da Europa moderna”. E é claro que em seguida ele recomendou com nova ideia o que deveria ter sido o marco do bom estudo o tempo todo: que nosso inventário teórico deveria explicar tanto quanto possível os fenômenos empíricos. Se os africanistas seguirem este conselho até mesmo agora, depois de tanto tempo, talvez algum dia os estudos africanos possam enriquecer discursos disciplinares globais. Mas o fato de um dos principais africanistas ter levado até 1993 para descobrir que a África faz parte da humanidade comum e que ela deveria ser estudada como tal, é tanto uma acusação da teoria e das metodologias constitutivas desta disciplina quanto

7 Veja Walker Connor (1973); Olufemi Taiwo (1991).

uma confirmação da nossa tese de que os estudos africanos nos Estados Unidos e no Canadá são *sui generis*.

É esta característica que distingue os estudos africanos de estudos de outras áreas, que em outros aspectos nos proporciona boas analogias para a nossa premissa de que os estudos africanos como um produto da América do Norte foram constituídos para fins americanos e canadenses. Considere os vários Centros de Estudos Russos, ou Soviéticos e Eslavos, ou as várias instituições que costumavam se dedicar a Estudos da Europa Oriental ou aqueles que lidavam com Estudos Asiáticos – que eram ramos integrais da política externa americana durante a Guerra Fria. Teria sido ridículo para qualquer pessoa sugerir que esses centros e instituições aliadas foram estabelecidos para satisfazerem às necessidades de russos, soviéticos ou de qualquer outro povo que estivesse do outro lado da Guerra Fria, na Europa Oriental ou na Ásia. Entretanto, a problemática antagonista que movia os produtos desses institutos não impediu que europeus orientais ou asiáticos desde então tirassem proveito do conhecimento acumulado, levando-se em conta as circunstâncias alteradas atualmente. A analogia com os estudos africanos baseia-se no fato de que apesar de ter sido constituído para fins norte-americanos e de permanecer uma parte integrante do MOPC norte-americano, o conhecimento produzido dessa forma ainda pode ser apropriado por africanos para seu próprio uso, ou pode ser incorporado seletivamente aos seus respectivos modos de produção do conhecimento. Mas essas apropriações permanecem ocasionais do ponto de vista que gerou a motivação inicial para o processo que resultou nestes produtos. Portanto, alguns novos desenvolvimentos e algumas novas mudanças dentro do modo de produção do conhecimento americano – especialmente os estudos africanos – ocasionaram novas tensões e novas controvérsias entre os funcionários das instituições educacionais e de pesquisa americanas que produzem

conhecimento sobre a África. Estas tensões e suas implicações para relações sociais futuras da produção do conhecimento nos estudos africanos serão identificadas e discutidas ao longo do restante deste capítulo.

Fissuras Intercontinentais

Como eu argumentei, a produção do conhecimento nos estudos africanos é dedicada às necessidades do MOPC americano, conforme inscrito nas tradições de estudo residentes nos Estados Unidos. Como tal, deve-se esperar que a maioria de praticantes africanistas seja composta de americanos. Além disso, segundo indicado anteriormente, temas africanistas e metodologias dominantes às vezes são moldados pelas preocupações limitadas dos Estados Unidos até mesmo dentro de centros africanos de pesquisa e aprendizado. Por causa da riqueza dos Estados Unidos e do seu papel predominante em negócios mundiais, os africanistas não apenas dominam os Estudos africanos nos Estados Unidos, mas eles também exercem uma influência preponderante muito além das fronteiras americanas na determinação de critérios de legitimidade, autoridade e excelência no estudo da África no mundo todo. Esta situação pode causar problemas para africanistas além das fronteiras americanas, mas até aproximadamente uma década e meia atrás, ela não apresentava uma autorização para contestação e controvérsia dentro dos próprios Estados Unidos. As coisas mudaram recentemente. Na conjuntura histórica atual alguns novos elementos foram introduzidos que estão começando a agitar as águas plácidas dos estudos africanos. É a especificidade da conjuntura atual que provoca interesse especial. Nós começamos descrevendo-a.

As duas últimas décadas do século passado testemunharam o declínio e, em alguns casos, o colapso total, do sistema universitário e do ensino superior em vários países africanos. Conforme se

sabe muito bem, este declínio e colapso são consequências da crise política e econômica predominante no continente. Um resultado do grave declínio e do colapso virtual é a criação de um contingente africano realmente incipiente, mas cada vez maior de um professorado diaspórico estabelecido com graus diferentes de permanência e segurança em instituições educacionais norte-americanas. O contingente tem vários segmentos. Um deles é composto de estudantes africanos que vieram para a América do Norte para estudar, pretendendo originalmente voltar e construir suas vidas acadêmicas e pessoais nos seus países de origem. Mas por causa da deterioração das condições nesses países, poucas das pessoas que se formavam se convenciam de que elas poderiam fazer uma carreira acadêmica nos seus países nativos. Muitas delas ficaram no lugar e asseguraram cargos acadêmicos nos Estados Unidos e, cada vez mais, no Canadá. Temos que localizar nesta categoria aqueles formados de outros países também, por exemplo, o Canadá e o Reino Unido, que vêm aos Estados Unidos para seguirem suas carreiras acadêmicas e não voltam às terras de onde eles emigraram. Outro segmento abrange os estudiosos que estudaram em instituições americanas, canadenses ou de outros países estrangeiros e inicialmente voltaram aos seus países de origem após completarem seus estudos de maneira bem sucedida. Desde então, muitos desses estudiosos estão comprando passagens só de ida, saindo dos seus países de origem e imigrando para os Estados Unidos, inchando as categorias do professorado diaspórico. Este segmento não está limitado àqueles que estudaram além das suas fronteiras. Existem alguns que fizeram toda sua educação em instituições em países africanos, mas que foram recrutadas por instituições americanas para atenderem às exigências de diversidade.

Certamente, houve épocas no passado em que estudantes africanos formados imigravam para os Estados Unidos. E estu-

dantes ficando para trás para seguirem suas carreiras após concluírem seus estudos não são um fenômeno novo. Mas costumava acontecer que muitos dos que imigravam no passado ou tentavam se integrar no país que eles adotavam ou, conforme era mais provável, tinham esperanças de serem repatriados para a África num futuro não muito distante. O que é novo com o contingente atual do professorado diaspórico é que esperanças de qualquer repatriamento no futuro próximo são pequenas, talvez até mesmo inexistentes. Como vários deles são contratados para ensinar temas relacionados com a África e, dessa forma, agora são contribuintes para a produção de conhecimento em estudos africanos, até mesmo quando eles se recusam a se identificarem dessa forma, nós podemos começar a ver até que ponto a nova dinâmica pode gerar.

Mas por que a infusão de mais africanos na academia norte-americana causa tensões na comunidade de estudos africanos? Em primeiro lugar, muitos dos estudiosos africanos que chegaram recentemente têm ideias muito definidas do que deveria ser o estudo da África e das suas metas e metodologias adequadas. Estas ideias geralmente não convergem com as de estudos africanos no MOPC americano que eles vieram encontrar. Independentemente de onde estes estudiosos tiverem estudado, eles foram treinados nas disciplinas tradicionais, então eles estão acostumados a se verem como cientistas políticos, sociólogos, historiadores, economistas e assim por diante em vez de como “africanistas”. Nas instituições para as quais muitos voltaram temporariamente em diversos países africanos, eles tinham pertencido a departamentos organizados de acordo com estas disciplinas tradicionais. Estarem restritos a “estudos africanos” é algo com que eles têm dificuldade de se adaptar. Na verdade, eles acham a tentativa de rotulá-los como sendo “africanistas” algo confinador demais e, conseqüentemente, resistem a ela. Pois o que o rótulo de “africanista” faz, em parte,

é obrigá-los a pensar sobre problemas que na verdade não sejam especificamente ou genericamente africanos, de maneiras que supostamente sejam especificamente ou genericamente africanas.

Em segundo lugar, muitos destes acadêmicos são motivados por considerações mais relacionadas com as necessidades e exigências dos MOPCs que eles adquiriram e deixaram para trás na África e com as metas e os objetivos que eles definiram para eles próprios dentro dos seus locais anteriores. Ou seja, eles vêm realizar estudos africanos nos Estados Unidos com metas e objetivos determinados pelas necessidades de diferentes modos de produção do conhecimento que, portanto, provavelmente sejam diferentes dos objetivos escolásticos americanos atualmente.

Em terceiro lugar, considerando seu próprio entendimento de fenômenos africanos forjados nas disciplinas acadêmicas tradicionais, pode-se esperar que estes estudiosos sejam dissuadidos por parte da arrogância de poder expressa no comportamento de alguns africanistas que acreditam erroneamente que eles entenderam a África! Estudiosos africanos sabem da complexidade da sua realidade forjada em experiência vivida e da eficácia amadurecida das suas metodologias realizadas em envolvimento direto e sustentado com a África como objeto de estudo – metodologias que provaram ser bem sucedidas dentro do campo de testes maior das disciplinas acadêmicas definidas de maneira mais ampla e clássica. Mas estas não são as únicas causas de tensão entre africanistas e estudiosos recém-chegados.

Antes de explorarmos mais estas tensões, mais um esclarecimento preliminar deve ser feito. Apesar de o nosso foco estar nas relações entre estudiosos africanos e suas contrapartidas africanistas na conjuntura histórica atual no modo de produção do conhecimento americano, nós não discutiremos todos os aspectos destas relações. Por exemplo, o impacto de estudiosos africanos

que vêm para instituições americanas para visitas curtas ou para participarem de conferências não entra no nosso escopo. Visitas a países africanos por produtores de conhecimento norte-americanos e europeus nos estudos africanos também estão fora do nosso escopo. Geralmente suas visitas não produzem o tipo de tensões em que estamos interessados. Nós também não lidaremos com o tráfico internacional no roubo e saque de materiais de arquivo, documentos, objetos de arte e outros artefatos de diversas fontes africanas no atacado e no varejo, que faz parte da organização global da produção do conhecimento. Finalmente, a criação de relações de patrono/cliente ou de diretor/agente entre estudiosos americanos e contrapartidas africanas não será discutida.

As tensões geradas pela realocação mais ou menos permanente de estudiosos africanos da África e de outros lugares para os Estados Unidos e suas implicações para a produção do conhecimento em Estudos africanos na América do Norte são o que nos interessa. Ao mudarem fisicamente para se realocarem em espaços – para trabalharem e viverem – nos Estados Unidos, estes estudiosos conseguem alterar de várias maneiras os componentes espaciais e intelectuais do MOPC americano dos quais os estudos africanos são um ramo. Na conjuntura atual, alguns daqueles que sempre foram objetos de conhecimento e investigação – no máximo apenas facilitadores do processo de produção do conhecimento – mudaram de posição e eles próprios se tornaram sujeitos e agentes, reivindicando seus lugares ao sol intelectual⁸ dentro das mesmas configurações espaciais (na universidade americana e instituições aliadas) daquelas que eram exclusivamente sujeitos. A seguir, eu

8 Uma palavra de advertência aqui. Ibrahim Abdullah observou para mim as implicações carreiristas desta forma de moldar a questão. Ou seja, alguns podem interpretar minha sugestão em termos de estudiosos africanos desejando escalar a escada acadêmica. Apesar de essa ser uma interpretação legítima, ela não é como eu quero ser entendido. A questão é se os estudiosos africanos podem ser autoridades reconhecidas com a legitimidade para decidirem os critérios de excelência, relevância e adequação, os moldadores de vocabulário e vozes de especialização, no estudo da África. É isto que quero dizer quando reivindico lugares ao sol intelectual.

apresentarei um modelo do que pode ter ocorrido no passado, depois eu irei justapor o que me parece ocorrer cada vez mais e promete ocorrer muito mais no futuro. Eu concluirei especulando sobre a direção futura da produção do conhecimento em Estudos africanos nos Estados Unidos.

Antigamente, quando estudiosos africanos que estavam trabalhando com temas africanos seguiam o padrão de repatriamento após estudarem nos Estados Unidos ou na Europa, os estudos africanos eram moldados pelas preocupações definidas pela produção do conhecimento nos Estados Unidos. Ao mesmo tempo, os africanos tinham contatos intermitentes com pessoas e eventos nos Estados Unidos e no Canadá e podiam se dar ao luxo de adotarem uma visão benigna de qualquer coisa da qual eles discordassem em termos de estudos africanos naqueles países distantes. Na década de 1970, havia vários centros de produção do conhecimento sobre fenômenos africanos em diversos países africanos. Na medida em que esses espaços materiais e intelectuais estivessem disponíveis, estudiosos africanos podiam escolher combater formulações e preconceito errôneos na ponta americana oferecendo suas próprias perspectivas sobre os assuntos relevantes. Isso não pode mais ocorrer.

O declínio e o colapso de sistemas educacionais na África ao qual fizemos alusão anteriormente levaram à emigração de vários estudiosos africanos da África e de outros locais. Consequentemente, estudiosos africanos não estão mais fisicamente afastados de qualquer coisa da qual eles discordem em estudos africanos. Mesmo que eles queiram se distanciar mentalmente dessas questões, sua presença física em espaços materiais onde ocorre a produção do conhecimento nos estudos africanos torna este divórcio impraticável. Eles não podem mais se dar ao luxo de ignorarem o erro. Eles só fazem isso correndo o

risco de parecer aprová-lo. Graças à contiguidade espacial, eles são convocados com mais frequência para responderem argumentos de que a separação espacial do passado os permitia contornar, ignorar ou permanecer inconsciente. Esta é uma fonte inescapável de tensão e é uma consequência dos novos fatores lançados pela conjuntura atual.

No passado, teria sido fácil para as relações entre os produtores de conhecimento africanistas nos estudos africanos e suas contrapartidas africanas permanecerem amistosas, cordiais, generosas e magnânimas. Isto pode ser explicado facilmente. O relacionamento baseava-se em grande parte num padrão de anfitrião-visitante e visitante-anfitrião com tudo que essas colaborações implicam em termos de reciprocidade. Sempre que os estudiosos africanos vinham chamando, independentemente do que seus anfitriões não gostassem ou sobre o comportamento deles ou sobre o que poderia tê-los deixado constrangidos com o que seus visitantes tinham a dizer, os anfitriões africanistas podiam sofrê-los momentaneamente e vice-versa. Concorrendo por concessões e oportunidades de publicação, estudiosos africanos não tinham nenhuma oportunidade de reclamarem sobre fracassarem. Como eles não estavam localizados no MOPC americano ou dentro das fronteiras do país, eles não podiam pedir a proteção que ela oferecia para tratamento justo e consideração equitativa. Em resumo, eles estavam felizes de produzirem conhecimento dentro dos seus MOPCs nativos. Essa é outra área em que mudanças qualitativas nas dimensões internacionais estão gerando novas tensões.

Nos MOPCs nativos baseados na África, a produção de conhecimento africanista não moldava seus esforços. Na verdade, “estudos africanos” designava na sua maior parte, a pesquisa e o ensino especializados, multi-, trans- e inter-disciplinares. De resto, a produção do conhecimento se desenvolvia dentro das disciplinas

tradicionais. Apesar de muitas pessoas na África buscarem proporcionar uma ou outra perspectiva especificamente africana para os problemas que elas estudavam, elas não consideravam que esses *problemas* fossem “especificamente ou genericamente africanos”. Muito pelo contrário. Quando elas desenvolviam visões africanas identificadas como tais, era em grande parte para informar a comunidade acadêmica de tentativas africanas específicas de resolver o que são basicamente problemas humanos universais. Estudiosos africanos convidavam rotineiramente seus colegas investigadores no mundo inteiro para aprenderem a partir da experiência africana. Em outras palavras, o que Sklar espera que forme o futuro sistema de Estudos africanos sempre foi a moldura de referência para o estudo da África por estudiosos africanos.

Com cada vez mais estudiosos africanos aceitando cargos em academias americanas, a discussão ficou séria. Um bom exemplo disso foi a controvérsia inaugurada por Philip Curtin quando ele publicou sua obra “Ghettoizing African History”⁹. Entre outras coisas, Curtin alegava que historiadores africanos estão tirando empregos de produtores de conhecimento americanos nativos (especialmente brancos) sobre estudos africanos. Essa acusação era suficientemente ruim considerando que ele forneceu apenas sustentação incidental para sua alegação. Muito pior foi sua acusação de que porque produtores nativos estão sendo alienados dos estudos africanos, a qualidade do produto está em declínio. Muitos ficaram surpresos com as acusações de Curtin. Outros ficaram escandalizados. Vários estudiosos africanos e muitos africanistas manifestaram raiva. Mas se aceitarmos nosso pressuposto de que os estudos africanos não são para africanos, por africanos, ou perto dos africanos, é menos surpreendente descobrir

9 *The Chronicle of Higher Education*, 3 de março de 1995. Este artigo e as reações a ele agora foram reproduzidos em “The Ghettoization Debate: Africa, Africans and African Studies”, *Bulletin of Association of Concerned Africa Scholars* 46 Inverno (1996).

que um dos fundadores americanos dos estudos africanos tenha se sentido obrigado a soar um alarme sobre as mudanças que tendem a ocorrer na aparência da disciplina como consequência da entrada de muitos africanos nela. Os temores que Curtin expressou têm fundamento.

De acordo com o adágio, conhecimento é poder. Na medida em que estudiosos africanos contestam com credibilidade e às vezes preocupam a sabedoria estabelecida nos estudos africanos, eles podem – e, às vezes realmente irão – minar as reivindicações de africanistas a autoridade acadêmica na produção de conhecimento sobre a África. Considerando-se as metas divergentes de estudiosos africanos e das suas contrapartidas africanistas, essas disputas tenderão a chegar ao cerne do empreendimento africanista. Além disso, estudiosos africanos estão acostumados a contestarem o que eles consideram como sendo apropriações inaceitáveis e, às vezes, não esclarecedoras da sua realidade pelas suas contrapartidas africanistas. Essas contestações só podem ameaçar aqueles cujo controle sufocante sobre o conhecimento da África na América do Norte foi firmemente estabelecido por tanto tempo. Nós devemos esperar mais controvérsias no futuro. Pois não deve haver dúvida de que existem divergências fundamentais entre os objetivos aos quais os estudos africanos servem quando são motivados pelas necessidades do MOPC americano e os objetivos que os estudiosos africanos que imigram para os Estados Unidos querem seguir nas suas atividades de produção do conhecimento. Estas não são batalhas por território, mas batalhas sobre quem deve definir a métrica para medir qualidade, quem deve determinar a adequação de temas de pesquisa e o sucesso moderado na área de produção do conhecimento sobre a África. A autoridade de quem deve prevalecer na produção do conhecimento dos estudos africanos nos Estados Unidos?

Ao realocarem para os Estados Unidos, os estudiosos africanos deixam de ser visitantes cuja presença ocasional pode ser tolerada. Agora eles estão concorrendo com seus antigos anfitriões – patrocinadores, árbitros, supervisores e outros colegas – por concessões, oportunidades de publicação e pelo respeito dos seus pares na comunidade acadêmica. Profissionalmente, é menos provável que eles sejam tão benignos quanto eles eram nas suas atitudes em relação ao que eles podem considerar como sendo erros, representações equivocadas ou distorções pelas suas contrapartidas africanistas. Na verdade, os critérios do que conta como sendo perícia nos estudos africanos, sobre a qual Curtin fez muito estardalhaço no seu ataque, estão mais aptos a se tornarem ossos de contenção agora do que em qualquer outra época. Estas contestações podem assombrar várias pessoas que procedem a partir do pressuposto errado de que todos que trabalham dentro dos estudos africanos compartilham os mesmos princípios dominantes que informam a produção do conhecimento de maneira mais geral nos Estados Unidos da América. Para valorizar a natureza do conflito, é melhor reconhecer que (diferentemente das suas contrapartidas africanistas) os estudiosos africanos residentes nos Estados Unidos obrigados a trabalharem nos estudos africanos na verdade são motivados por princípios de DuBois – em que os estudos africanos devem ser sobre, por e perto de africanos. Este reconhecimento fornece uma explicação plausível para as tensões descritas até agora.

Enquanto isso, estudiosos africanistas que podem, eles próprios, ter ignorado respostas de estudiosos africanos no passado, ou de maneiras comparativamente indiferentes apesar de benignas terem prestado pouca atenção neles, não podem mais se dar ao luxo de fazerem isso. Mesmo que os africanistas desejassem ignorar autoridades africanas, as circunstâncias mudadas não os deixariam. Respostas são mais difíceis de ignorar onde as atitudes

morais de encontros dialógicos envolvem interlocutores vivos, que respiram, imediatamente presentes. Pois a argumentação de um crítico na mesma sala de seminário exige reconhecimento e resposta. Por razões semelhantes, antipatias são mais difíceis de esconder quando a pessoa está sempre encontrando com o objeto da sua inimizade nos corredores, em seminários, conferências e colóquios. Também não se deve esquecer que os consumidores finais do conhecimento produzido não deixarão os produtores se livrarem de lidarem com respostas que eles prefeririam evitar ou ignorar. Atualmente, estudantes têm um acesso global mais fácil a materiais, especialmente os de estudiosos africanos, que antigamente nunca estavam disponíveis imediatamente e atualmente muitas vezes eles insistem que seus professores mostrem o motivo pelo qual se desprezou o material que contesta as posições sondadas como sendo definitivas. Nestas novas circunstâncias, tensões são inevitáveis. Considerando-se o que foi dito até agora, não é surpreendente que a linguagem ambígua, uma verdadeira característica de relacionamentos passados entre produtores de conhecimento africanistas e suas contrapartidas africanas, é muito mais difícil de levar a cabo hoje do que era antigamente. Já houve tempos em que estudiosos americanos nativos elogiaram algumas das suas contrapartidas africanas em público – apenas para atacá-las em particular, no conforto e na companhia dos seus colegas acadêmicos nativos. E provavelmente haja um excesso de anedotas após o jantar, contadas por africanistas respeitados e respeitáveis, das suas peregrinações e aventuras malsucedidas na África na busca do conhecimento. Muitos destes mesmos produtores são educados em público, falando sem parar sobre o quanto eles se divertiram na África, o quanto suas contrapartidas foram anfitriões generosos – variações sobre o tema de “os africanos estão entre os meus melhores amigos”¹⁰. Com a presença cada vez maior de estudiosos

10 Eu tenho certeza que os estudiosos africanos também realizam suas próprias variações sobre este

africanos residentes na academia americana, a linguagem ambígua tornou-se muito mais difícil de esconder.

A dificuldade não pode ser explicada apenas pela presença física de estudiosos africanos. Existem outras ramificações. Graças ao acesso mais fácil aos instrumentos materiais de produção do conhecimento sobre o lado africano do Atlântico, os estudiosos africanos agora podem participar de conversas das quais eles nunca participavam no passado e, às vezes, ouvir por trás da porta. Eu dou um exemplo porque ele tipifica o tema geral desta seção. Ler postagens na Internet pode ser muito instrutivo no que diz respeito à linguagem ambígua de alguns dos amigos em público e denegridores em particular da África. Aproximadamente 13 anos atrás, eu fiquei horrorizado de ler a seguinte postagem na rede Nuafrica na Internet:

Sinônimo: Uganda = Magendo

O autor desta postagem é uma das principais luzes dos estudos africanos nos Estados Unidos e seu nome é invocado regularmente como sendo um dos especialistas na África. Ele próprio não pode se gabar dos seus laços com a África e os africanos: ele serviu como monitor de eleição em Guiné em 1995. Se qualquer pessoa tivesse associado qualquer grupo identificável nos Estados Unidos com o tipo de atividade criminal que é “Magendo” em Uganda e tivesse considerado o grupo como sinônimo da atividade, teria havido clamores ensurdecidores para sua saída. Mas isso não aconteceu para a África e a travessura de amigos da África na academia americana. Eu nunca ouvi nenhum estudioso americano nativo de estudos africanos condenar Ralph Austen por sua difamação contra os ugandenses!

Eu já sugeri que uma forma útil de entender algumas das controvérsias e enigmas que ocorrem nos estudos africanos é

tema após suas visitas aos Estados Unidos.

reconhecer a divergência nos princípios que fundam e definem a disciplina entre africanistas e estudiosos africanos. Conforme eu também já observei, isto não é peculiar à África como um foco regional de estudo e pesquisa. A mesma coisa pode ser dita de estudos asiáticos, russos ou do Oriente Médio nos Estados Unidos. Além da análise anterior, o que este modelo faz é esclarecer nosso entendimento do motivo pelo qual existe tanta variação entre o que os estudiosos insistem que são questões de urgência e o que os estudiosos africanistas estão interessados em investigar. Geralmente existem divergências sobre o que, quando e como estudar. De novo, isto não se limita a estudos africanos. Conflitos semelhantes prevalecem em estudos de mulheres, estudos do desenvolvimento, estudos ambientais e assim por diante.

Finalmente, deve-se observar as várias ausências nos estudos africanos. Poucas pessoas negarão que a ciência política seja um componente importante dos estudos africanos, a julgar pelo seu envolvimento antigo com a África, as carreiras destacadas dos seus praticantes africanistas e a qualidade e quantidade da sua produção. Apesar disto, a ciência política permaneceu atolada nos temas padrão (alguns poderão dizer banais) que dominam a produção do conhecimento sobre a África – “tribalismo”, “etnicidade”, “construção da nação” e, desde a década de 1990, “patrimonialismo” e “estados fracassados”. Alguém poderia pensar que se estes temas foram definidos e explorados por tanto tempo e ainda existe tão pouco esclarecimento sobre a África emanando deles, seus patrocinadores se afastariam e se voltariam para novas direções exatamente em função disso. Isto não aconteceu. As consequências não esclarecedoras destas escolhas conceituais e temáticas podem ajudar a explicar a falta de respeito da qual Sklar reclamou. Se você fosse um teórico político procurando articulações de federalismo num contexto multinacional, é pouco provável que você olhasse para a África para ter elaborações

teóricas sobre o tema. Pois, afinal de contas, a África não está cheia de tribos e seus chefes e comandantes militares? E primeiro você tem que excluir unidades nacionais ou estaduais destas tribos antes que você possa inseri-los no discurso teórico do nacionalismo, federalismo e assim por diante. Então você provavelmente passará pela África. Nesse ponto, ao construir ou representar o assunto de maneira equivocada – independentemente do motivo pelo qual essas representações equivocadas persistam – o cientista político africanista tornou seu trabalho desinteressante e irrelevante para a comunidade disciplinar maior. Considere o inverso: se você estiver procurando o esquisito, o estranho, o incomum, o singular, o natural, para inserir na sua lista de referência – eu vejo essas solicitações com bastante frequência na Internet – é provável que você espere que seu pedido seja concedido por um africanista ou equivalente. A consequência é que a comunidade acadêmica é mal-atendida exatamente por aqueles que, compreensivelmente, ela respeita para fornecer orientação e direção.

Além disso, existe muito pouco, se algum respeito e, às vezes, uma total falta de reconhecimento da capacidade de pensadores africanos por uma teorização relevante e sofisticada que promete resolver problemas que ocorram em outras partes do mundo. Quando os africanistas são questionados sobre estas omissões nos Estados Unidos e no Canadá, uma resposta padrão é a blasfêmia “os africanos não estão preparados para a teoria”¹¹; ou outra variação: o desprezo de pensadores africanos como sendo “simplistas e tendenciosos”¹². Os nomes a seguir certamente não desfrutam de nenhuma aceitação entre os africanistas: Kwame Nkrumah, Gamal Abd el Nasser, Mohammed Ben Barka, Obafemi

11 Esta foi a reação de um africanista canadense de destaque quando foi questionado por um estudante de pós-graduação africano que estava curioso em saber o motivo pelo qual os teóricos não estavam na lista de leitura para o seminário de pós-graduação que ele estava fazendo com o africanista.

12 Uma citação direta de outro africanista canadense de destaque. Aliás, dois dos autores dispensados dessa forma são Frantz Fanon e Julius Nyerere!

Awolowo, Nnamdi Azikiwe, Sekou Toure, Leopold Senghor (exceto como poeta), Albert Luthuli, Mbonu Ojike, J. E. Casely-Hayford, T. A. Wallace-Johnson, William Essuman Gwira, George Padmore, Cheikh Anta Diop, Julius Nyerere, Kofi Busia... a lista continua. É pouco provável que qualquer pessoa que se preocupe em se familiarizar com as obras de qualquer dos indivíduos que acabei de listar precise de qualquer apresentação minha¹³. Muita educação equivocada resulta destas ausências. Por exemplo, como os africanistas se preocupam com questões de tribalismo e com a problemática da construção da nação, absolutamente nenhum deles se preocupou em estudar as contribuições de um Awolowo para um entendimento dos problemas teóricos do federalismo e da criação de uma identidade supranacional a partir de um amontoado de nações que ocorre dentro de uma fronteira geopolítica comum. Para muitos deles, pode-se pensar que a melhor palavra na política nigeriana tenha sido escrita por James Coleman, Richard Sklar e seus sucessores mais jovens como Larry Diamond! Meu ponto não é impedir que as pessoas cite este último, mas insistir que os estudiosos levem a sério o entendimento teórico da situação deles oferecida pelos próprios intelectuais africanos. No estudo motivado pela necessidade de expandir as fronteiras do conhecimento, a importância da minha sugestão é evidente.

Para usar outro exemplo, enquanto muitos africanistas fingem ser autoridades na inviabilidade dos pequenos estados que se proliferam na África, Nkrumah tinha escrito, ainda na década de 1960, que não haveria nenhuma esperança para o continente se ele continuasse dividido em estados minúsculos dependendo de Paris, Londres, ou Washington DC, para seus orçamentos nacionais, com seus líderes tornando-se marionetes nas mãos dos Poderes. Normalmente, alguém teria pensado que um interesse legítimo no que a África pode ensinar à América sobre as questões

13 Para aqueles que se familiarizarem, por favor veja Taiwo (2004a); (2004b).

de pluralismo, direitos, democracia consensual, comunidade, liberdade e assim por diante, teria gerado um envolvimento mais sério com as contribuições africanas ao conhecimento em vez de uma preocupação com questões que excitam mais do que esclarecem. Então aqui está a fonte de contestações futuras na academia americana na esfera de produção do conhecimento nos estudos africanos.

Nós devemos esperar que os estudiosos africanos residentes nos Estados Unidos e no Canadá levantem questões confusas sobre a legitimidade de determinados temas, questionem a integridade de determinadas metodologias, reconfigurem os critérios de especialização nesta área e, acima de tudo, exijam um pouco mais de respeito pela complexidade da vida e do pensamento na África. Se essas exigências podem ser atendidas ou não no modelo existente dos estudos africanos é uma questão que eu prefiro deixar aberta por enquanto. O que não se pode contestar é que, considerando-se o que se discutiu neste artigo, a estrada adiante promete ser dura e traiçoeira.

* * *

Olúfêmi Táíwò é professor de Filosofia e Estudos Africanos Globais e diretor do Programa de Estudos Africanos Globais na Universidade de Seattle, no estado de Washington, Estados Unidos. Em 2008, foi professor visitante no Scranton College, da Universidade Feminina Ewha, em Seul, Coreia. Educado na Nigéria e no Canadá, obteve os títulos de bacharel (1978) e de mestre (1981) pela Universidade de Ife, agora chamada Universidade Obafemi Awolowo, em Ilé-Ifè, Nigéria. Obteve ainda os diplomas de mestrado (1982) e de doutorado (1986) da Universidade de Toronto, Canadá. Lecionou na Universidade Obafemi Awolowo, de 1986 a 1990, e na Universidade de Loyola, em Chicago, de 1991 a 2001. Foi *Postdoctoral and Teaching Fellow* da Fundação Ford no

Instituto de Estudos Negros Americanos e Africanos Carter G. Woodson, da Universidade de Virgínia, em Charlottesville (2000); Professor Visitante no Institut für Afrikastudien, Universitat Bayreuth, na Alemanha (1999); *Visiting Distinguished Minority Fellow* na Universidade de Wisconsin, em Eau Claire, (1997); *Rockefeller Postdoctoral Fellow*, no Centro de Estudos e Pesquisa Africana na Universidade de Cornell, em Ithaca (1990); *Staff Development Fellow*, Programa de Vínculo Canadá-Nigéria em Estudos Femininos, no Instituto para o Estudo de Mulheres, Universidade Mount Saint Vincent e Centro de Estudos Internacionais, na Universidade Dalhousie, ambos em Halifax, no Canadá (1988). É o autor de *Legal Naturalism: A Marxist Theory of Law* (Cornell University Press, 1996) e de *How Colonialism Preempted Modernity in Africa* (Indiana University Press 2010).